



MALÁRIA NA POPULAÇÃO INDÍGENA ALDEADA: REVISÃO DE LITERATURA

Midiã Marinho Gomes Matina Cinta Larga ¹

Nair Calixto da Silva ²

Thayanne Pastro Loth ³

INTRODUÇÃO

A malária é uma doença infectoparasitária muito antiga no mundo, é, ademais, um agravo de difícil controle, com ampla distribuição em diversos países, incluindo o Brasil (MENDES, 2020). É uma doença de notificação compulsória no Brasil, e passou a ser de notificação imediata na região extra-amazônica desde a portaria 1271, de 6 de junho de 2014, do Ministério da Saúde (SIQUEIRA, 2018).

Apesar dos números de infecções registradas tenham diminuído globalmente em 2018, a malária ainda é considerada como um grande problema de saúde pública em regiões tropicais, principalmente na África Subsaariana. Além disso, em áreas endêmicas, é uma das principais causas de mortalidade e morbidade, com cerca de 225 milhões de casos e 380 mil mortes registradas em 2018 (WILL, 2019).

No Brasil, mais de 99% dos casos de malária são registrados na região amazônica, que engloba os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Para, Rondônia, Roraima e Tocantins. Nessa região as condições propícias para a sobrevivência do vetor e as condições socioeconômicas e ambientais favorecem a transmissão da doença (LAPOUBLE, 2015).

Os cuidados da saúde dos povos indígenas vêm sendo feita no Brasil pelo Ministério da Saúde, por meio da implantação de Sistemas Locais de Saúde, denominados Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) (GARNELO, 2005). Os povos indígenas no Brasil apresentam um complexo e dinâmico quadro de saúde diretamente relacionado aos processos históricos de mudanças sociais, econômicas e ambientais atreladas a expansão e a consolidação de frentes demográficas e econômicas da sociedade nacional nas diversas regiões do país, eles vivem em condições desprovidas dos benefícios do saneamento básico e da disponibilidade de fornecimento de água potável, as diferenças culturais e os hábitos de higiene favorecem a ocorrência de malária (MENDOZA, 2017).

A atenção aos povos indígenas tem-se revelado um desafio, dadas as particularidades demandadas por estas populações. As sociedades indígenas são mais susceptíveis as doenças trazidas por não indígenas e, muitas vezes, vivem em regiões de difícil acesso. Doenças como malária, diarreias, desnutrição, tuberculose e infecções respiratórias destacam-se, atualmente, no perfil nosológico (TEIXEIRA, 2014).

Este estudo justifica-se, pois, as áreas indígenas, por serem, em sua maioria, remotas e de difícil acesso, continuam como um desafio às ações de prevenção e controle da malária. O risco de

¹ Graduando do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Educare, mid_sodre@hotmail.com;

² Graduando do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Educare, nair.calixto2019@gmail.com;

³ Orientadora Docente do Curso de Bacharel em Enfermagem do Centro Universitário Educare. Mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará; Especialista em Didática do Ensino Superior, loth.thayanne@gmail.com;



adoecer por malária pode ser maior em populações indígenas pelas alterações ambientais e pelas próprias características culturais, como a intensa migração, as tarefas cotidianas de caça, pesca, roçados, e os banhos em rios e igarapés. Além disso, a variada arquitetura de habitações tradicionais indígenas muitas vezes inviabiliza os métodos convencionais de controle vetorial, contribuindo para o aumento de casos nestas áreas (MEIRELES, 2018).

Sendo assim o objetivo deste estudo foi realizar uma revisão bibliográfica afim de caracterizar o perfil sociodemográfico e clínico dos indígenas aldeados diagnosticados com malária no Brasil.

METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma pesquisa de revisão de literatura, que se baseia em um processo de busca analítico e sistemático que explorou artigos que se referem a Malária na população indígena aldeada.

Para a construção da revisão de literatura, foram utilizadas as seguintes etapas: escolha do tema, coleta de dados, avaliação dos dados encontrados, análise dos resultados e apresentação dos resultados. A escolha do tema foi: Malária na população indígena aldeada. Para a coleta de dados, a busca dos artigos foi realizada no mês de maio de 2020, e adotou-se como critérios de inclusão: artigos indexados em base de dados da Eletronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Public Knowledge Project (PKP) e PubMed, textos nacionais e publicados entre os anos de 2005 a junho de 2020.

Na busca inicial foram considerados os títulos e os resumos dos artigos para seleção ampla de prováveis trabalhos de interesse, utilizando-se como palavras chave os termos malária, saúde indígena e malária em população indígena aldeada. A pesquisa bibliográfica foi elaborada com base em literatura especializada, em periódicos disponíveis em meio eletrônico. Os artigos foram analisados e selecionados visando identificar os reflexos desta doença na população indígena aldeada, através da revisão de literatura sobre o tema. Vale ressaltar que os estudos centrados na saúde dos povos indígenas são deficientes no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a presente revisão de literatura os autores indicam os fatores associados aos episódios de malária em indígenas e em aldeias indígenas.

Existe uma grande incidência de malária na população indígena, em comparação aos não-indígenas conforme descreve Mendes (2020). Segundo Meireles (2018), a malária em indígenas difere dos não indígenas devido ao comportamento e estilo de vida.

Durante o período de 2007 a 2016, o indicador de Incidência Parasitária Anual (IPA) possibilitou observar um risco de adoecer por malária mais expressivo entre povos indígenas. Praticamente em todos os anos analisados, a IPA apresentou valores que ultrapassam 50 casos registrados entre 1 mil habitante, portanto de alto risco de infecção, com aumento importante nos anos de 2007 a 2010, quando se registraram valores de mais de 200/1 mil habitantes, quase três vezes superiores aos da população não indígena (MENDES, 2020).

A proximidade dos povos indígenas a ambientes silvestres propicia maior exposição aos diversos patógenos presentes no ambiente natural (MENDES, 2020). As áreas indígenas, por serem, em sua maioria, remotas e de difícil acesso, continuam como um desafio às ações de prevenção e controle da malária. O risco de adoecer por malária pode ser maior em populações indígenas pelas alterações ambientais e pelas próprias características culturais, como a intensa circulação, as tarefas cotidianas de caça, pesca, roçados, e os banhos em rios e igarapés. Além disso, a variada arquitetura de habitações tradicionais indígenas, muitas vezes,



inviabiliza os métodos convencionais de controle vetorial, contribuindo para a continuidade da transmissão de casos nestas áreas (SIQUEIRA, 2018).

Pode-se observar a prevalência da malária no sexo masculino no estudo de Alves (2010), onde os registros de casos da doença atingiram o número de 111.787 (55,28%) para o sexo masculino e 90.428 (44,72%) para o sexo feminino nos anos de 2000 a 2009.

A incidência de malária em indígenas do sexo masculino é preeminente nos estudos encontrados. Segundo Meireles (2018), os casos de malária foram predominantes no sexo masculino, que justificam tal predominância com base no comportamento e estilo de vida indígena baseado em extrativismo e agricultura familiar, atividades que são predominantemente realizadas pelos homens, que conseqüentemente se expõem mais ao contato com o vetor e o parasito.

Na pesquisa por faixa etária, os povos indígenas apresentaram uma elevada distribuição entre menores de 10 anos (MENDES, 2020). Foi observado um maior número de registros de casos de malária para a faixa de 0 a 9 anos de idade (81.161 casos, representando 40,13% do total de registros de casos de malária). Foram registrados 49.808 casos (24,63%) para a faixa etária de 10 a 19 anos, 49.268 casos (24,36%) para o estrato de 20 a 39 anos e 22.001 (10,88%) para a faixa etária de 40 a 99 anos de idade (ALVES, 2010). A quantidade de registros de casos de malária em crianças entre 0 a 9 anos pode ser explicada segundo Alves (2010), devido as crianças geralmente acompanharem os pais em atividades ao ar livre durante o período de atividade dos anofelinos, ficando mais expostas à picada do vetor.

As espécies predominantes podem variar entre etnias e também entre diferentes aldeias, conforme estudos encontrados. Mendes (2020), afirma que o parasito mais comum é o *Plasmodium vivax* na região estudada, porém entre os povos indígenas prevalece o percentual de casos por *falciparum*. Diferente dos dados apresentados por Alves (2010), em que indica um aumento no número de registros de casos para *P. vivax* em relação ao *P. falciparum*, estando os resultados de acordo com a literatura, que sugere que tal distribuição poderia estar ocorrendo mesmo em épocas anteriores ao presente estudo, pois de 1998 a 2001, 11.047 lâminas foram observadas em terras indígenas do município de Guajará-Mirim (estado de Rondônia), com 474 (25,27%) apresentando infecção por *P. falciparum* e 1.387 (73,93%) por *P. vivax*.

Santos (2009), apresenta em sua pesquisa que no período do estudo, em duas reservas indígenas, 13 espécies de anofelinos adultos imaturos foram coletadas. *An. darlingi*, na forma adulta, foi a espécie mais frequente nas duas aldeias. As aldeias são pequenas e inseridas nas florestas, facilitando a aproximação de espécies com hábitos silvestres. A atividade de *An. darlingi* foi registrada nas 12 horas de captura em ambas as reservas, com elevada atividade noturna.

O acesso as localidades afastadas dos centros urbanos, sem acesso rodoviário e com grandes distancias dos principais rios, dificulta a chegada das equipes de saúde aos povoados e aldeias (TEIXEIRA, 2014).

O controle da malária entre os povos indígenas é uma ação complexa. Questões socioeconômicas, culturais, ambientais, ecológicas, biológicas e de logística envolvidas na abordagem desse público afetam a eficácia das medidas de controle e prevenção, implicando a necessidade de investimento em pesquisas que busquem alternativas viáveis de respostas a esses desafios (MENDES, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa bibliográfica abordou a Malária na População Indígena Aldeada. Neste trabalho conclui-se que as comunidades indígenas aldeadas ainda sofrem com a assistência à saúde, devido as aldeias indígenas serem em sua maioria distantes e de difícil



acesso para a equipe de saúde prestarem serviços adequados e contínuos. Com as grandes distancias dessas comunidades dificultam o controle da Malária, a cultura e os hábitos sociais cotidianos da população são um impasse para a prevenção da doença, pois precisa-se aplicar na prevenção os métodos tradicionais desses povos. As especificidades sociodemográficas e culturais dessa população, juntamente com a subutilização dos meios de diagnósticos e notificações, determinam a necessidade da integração dos diferentes Sistemas Nacionais de Saúde.

Espera-se que os resultados desta pesquisa promovam reflexões tanto do poder público quanto nos profissionais de saúde e ofereçam subsídios para que as equipes acrescentem condutas educativas e que contribuam, consideravelmente, para a melhoria das ações de saúde voltadas à educação e à prevenção acerca da Malária na população indígena aldeada.

Palavras-chave: Malária, Saúde Indígena, *Plasmodium*.

REFERÊNCIAS

1. ALVES, M. R. **Dinâmica espacial da malária em aldeias indígenas da região amazônica brasileira** [dissertação]. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Oswaldo Cruz/Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2010.
2. GARNELO, Luiza; BRANDÃO, Luiz Carlos; LEVINO, Antonio. **Dimensões e potencialidades dos sistemas de informação geográfica na saúde indígena**. Revista de Saúde Pública, v. 39, p. 634-640, 2005.
3. BRASIL, Ministério da Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde**. 3º Ed. Brasília – DF 2019.
4. LAPOUBLE OMM, SANTELLI ACFS, Muniz-JUNQUEIRA MI. **Situação Epidemiológica da malária na região amazônica brasileira, 2003 a 2012**. Ver Panam Salud Publica. 2015;38(4):300-6.
5. MEIRELES, Bruna Martins et al. **Fatores associados à malária em populações indígenas, Amazonas (2007 a 2016)**. 2018.
6. MENDES, Anapaula Martins et al. **Malária entre povos indígenas na fronteira Brasil-Guiana Francesa, entre 2007 e 2016: um estudo descritivo**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 29, p. e2019056, 2020.
7. MENDOZA, Melquiades Baez. **Projeto de Intervenção para ampliar o conhecimento da população sobre a malária e diminuir sua incidência nas comunidades WÂJAPI. 2017** . Tese de doutorado. Universidade Federal de São Paulo.
8. SANTOS, Roseli La Corte dos et al. **Vetores de Malária em duas reservas indígenas da Amazônia Brasileira**. Revista de Saúde Pública, v. 43, n. 5, p. 859-868, 2009.
9. SIQUEIRA, André, et al. **“Malária na atenção Básica [Unidade 3].”** 2018.
10. TEIXEIRA, Livia Faraco et al. **A malária no estado do Amazonas de 2003 a 2011: distribuição espaço-temporal e correlação com populações indígenas**. 2014. Tese de Doutorado.
11. WILL, Romario Brunos et al. **Malária**. SAÚDE DINÂMICA, v. 1, n. 2, 2019.